

# EUA esperam repetição de 1983

**Roberto Garcia**  
Correspondente

**Washington** — Até a véspera do discurso do presidente Sarney, porta-vozes dos principais bancos credores do Brasil afirmavam ontem que não sabiam dos detalhes do programa a ser anunciado. "Estamos preocupados, obviamente, mas confiamos em que a cooperação que tem caracterizado nosso relacionamento historicamente continue", disse um membro da comissão de 14 bancos que coordena a discussão da dívida externa com o governo brasileiro.

Richard Howe, porta-voz dessa comissão de bancos, afirmou que até o fim do expediente na sexta-feira nenhuma comunicação oficial brasileira fora recebida informando a suspensão do pagamento dos juros.

Mas outros funcionários das instituições particulares credoras do Brasil comentavam que "todas as notícias vazadas do Palácio do Planalto vão nessa direção. Por causa disso, estamos preparados para uma repetição do que aconteceu no princípio de 1983, quando foi baixada a Instrução 851 do Banco Central, estabelecendo a centralização do câmbio".

Vários banqueiros americanos afirmam que o gesto brasileiro naquela época foi compreendido pela comunidade financeira, levando em conta as dificuldades que o governo Figueiredo atravessava. Embora a medida tivesse criado problemas temporários para os bancos credores, os progressos conseguidos foram rápidos. Tanto assim que as reservas começaram a se acumular, por volta de março o país começou a fazer pagamentos e no fim do ano tinha acumulado reservas mais confortáveis. Os esforços feitos então foram levados em conta pelos bancos que em janeiro de 1984 se dispuseram a dar 6,5 bilhões de dólares de novos empréstimos ao país.

Embora não tivesse recebido confirmação oficial das informações dadas pela imprensa, o presidente do Comitê dos Bancos Credores, William Rhodes, esperava receber a qualquer momento telex do Brasil pedindo a convocação de uma reunião em que os representantes do governo Sarney farão uma apresentação da nova política econômica e das necessidades de

recursos externos. Nos últimos anos, o presidente do Banco Central do Brasil tem feito essa apresentação aos bancos mas aparentemente o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, pretende viajar para os Estados Unidos a fim de iniciar as negociações.

Tipicamente, a reunião é realizada no 33º andar do edifício do Citicarp em Nova Iorque, num auditório na sede da grande firma de advocacia Sherman and Sterling, que funciona como assessoria jurídica da Comissão de Bancos Credores. Os 14 bancos membros da comissão são o Citibank, que funciona como presidente, o Lloyds de Londres e o Morgan Guaranty, que funcionam como vice-presidentes, bem como o Arab Bank of America, o Banco de Montreal, o Banco de Tóquio, o Banker's Trust, o Chase Manhattan, o Chemical Bank, o Créd Lyonnais, o Deutsch Bank, Manufacture's Hanover e a União dos Bancos Suíços.

Na reunião de abertura das negociações, Funaro, ou, Francisco Gros, faz um resumo da situação econômica, expõe a política adotada para resolver os problemas, informa a natureza dos acordos existentes com organismos internacionais de financiamento e mostra as projeções econômicas. Com base nessas projeções, o governo brasileiro então informa o déficit existente e como pretende resolvê-lo. Menciona então o que espera dos bancos particulares, dos organismos internacionais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Clube de Paris, bem como investimentos estrangeiros diretos. Finalmente, o governo brasileiro diz o que quer dos bancos, e os termos que deseja.

A reunião de abertura das negociações não deverá tomar mais que um a dois dias. A equipe econômica deverá também visitar autoridades do Tesouro e do Banco Central em Washington, bem como o Banco Mundial e o FMI. Em seguida, tanto Funaro quanto Gros voltariam para o Brasil. A partir de então os bancos do comitê passam vários dias discutindo o pedido, consultam e depois de duas ou três semanas convidam a equipe econômica brasileira para voltar a Nova Iorque, a fim de ouvir a reação preliminar. Depois de deslançadas, essas negociações podem levar vários meses.